



DEMOCRACIA E POPULISMO: DESAFIOS IMPOSTOS PELO POPULISMO AO CONTEXTO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO

*Democracy and Populism: Challenges Posed by Populism to Contemporary
Democracy.¹*

Renato Francisquini^{2*}

Geovana Pereira da Silva^{3*}

Arianne Ribeiro Félix^{4*}

RESUMO

O artigo tem como objetivo entender as consequências do populismo para a democracia, considerando a atuação de lideranças políticas que emergiram entre 2016 e 2022. Para tanto, realizamos, nas duas primeiras partes, uma discussão teórica sobre esse fenômeno no contexto democrático contemporâneo, a partir de autores como Urbinati (2019) e Lynch e Cassimiro (2022). Na segunda parte do trabalho, analisamos os discursos de Jair Bolsonaro (Brasil, 2018-2022) e Donald Trump (EUA, 2016-2021) durante o período que ocuparam a presidência. Considerando a literatura recente e a análise dos discursos, evidenciamos que o populismo representa um importante desafio para os regimes democráticos contemporâneos, uma vez que promove, com a ascensão ao poder de líderes populistas, o enfraquecimento das instituições e dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: populismo; democracia; extrema-direita; desdemocratização; representação.

ABSTRACT

This article seeks to understand the consequences of populism for democracy, focusing on the actions of political leaders who emerged between 2016 and 2022. The first two sections provide a theoretical discussion of this phenomenon in the context of contemporary democracy, drawing on scholars such as Urbinati (2019) and Lynch and Cassimiro (2022). The second part analyzes the speeches of Jair Bolsonaro (Brazil, 2018–2022) and Donald Trump (USA, 2016–2021) during their

¹ O artigo é fruto de pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq.

^{2*} Universidade Federal da Bahia. Doutor em Ciência Política pela USP e Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. E-mail: renato.francisquini@ufba.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2789-457X>.

^{3*} Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Ciências Sociais e Graduada em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: silva.geovana@ufba.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1399-0935>.

^{4*} Universidade Federal da Bahia. Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: ariannefelix@ufba.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3352-8683>.

presidencies. Based on recent literature and discourse analysis, we argue that populism presents a significant challenge to modern democratic regimes, as the rise of populist leaders tends to weaken institutions and undermine fundamental rights.

Keywords: populism; democracy; far-right; de-democratization; representation.

1. INTRODUÇÃO

Há cerca de uma década, assistimos à reversão de um movimento que parecia, até a década dos anos 2000, "providencial", para fazer referência ao termo tocquevilleano (Tocqueville, 2005). No século XIX, o historiador francês afirmava que o avanço da democracia – entendida como o estabelecimento da igualdade de condições – era um processo inexorável. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciou uma expansão significativa do regime democrático, no que parecia um destino manifesto das sociedades ocidentais, ou o “fim da história” (Fukuyama, 1992). Mesmo países que nunca tinham submetido a autoridade política ao escrutínio público passaram a organizar eleições e estabelecer arranjos políticos baseados no sistema de freios e contrapesos. Naquele contexto, fazia sentido que as investigações na área da ciência política se dedicassem a avaliar o grau de consolidação e a qualidade dos sistemas políticos, assim como seus limites e contradições.

A partir dos anos 2000, tem início uma forma de “recessão democrática”, isto é, a onda de expansão da democracia parecia ter se esgotado e o número de países que faziam a transição para um regime democrático deixou de experimentar o mesmo crescimento das décadas anteriores. No entanto, o contexto atual segue na direção oposta: não se observa mais apenas uma desaceleração no crescimento da democracia, podemos identificar também uma queda no número de países considerados democráticos e enorme perda de qualidade daqueles que ainda são definidos dessa maneira. Este processo, como temos acompanhado, é lento, gradual e, por vezes, pouco perceptível. A democracia é corrompida desde as suas entranhas, por meio de lideranças eleitas e referendadas por uma parcela mais ou menos significativa da sociedade civil (Levitsky; Ziblatt, 2018; Mounk, 2019).

A desilusão com a democracia, a desconfiança em relação aos partidos e às instituições políticas, a indiferença e o ressentimento de uma parte da sociedade são fenômenos longevos. Todavia, eventos recentes parecem representar um novo momento crítico para a democracia. Não é por mera coincidência que boa parte dos atuais *best-sellers* na área da ciência política se dedica a investigar e entender o processo de declínio da democracia, evidenciando as suas características

comuns e as peculiaridades regionais. O diagnóstico de que o governo representativo estaria em crise não é inédito nem exclusivo do tempo presente (Manin, 1995). Porém, o cenário atual tem novos contornos. Embora tampouco seja um tema inédito, o populismo reaparece no presente como um fenômeno que pode ajudar a explicar a emergência de lideranças autoritárias que, afastadas do sistema partidário tradicional, pretendem criar laços de identidade com certa visão do que é o “povo”, desafiando os fundamentos da representação política (Mounk, 2019; Urbinati, 2019; Fraser, 2019).

O termo “populismo”, de forte carga semântica, é um conceito em disputa na literatura especializada e no debate público. No senso comum e mesmo em parte significativa da literatura, populismo foi um termo utilizado para caracterizar negativamente governos ou lideranças de esquerda identificadas com as parcelas mais vulneráveis da sociedade. Por vezes, foi compreendido como uma subespécie do fascismo ou como uma forma de governar típica de certas regiões do globo, notadamente, a América Latina. Os movimentos políticos supostamente populistas enfrentaram grande resistência das elites políticas regionais e, nesse sentido, se valeram da identidade e do apoio de setores relativamente amplos da sociedade a fim de questionar tradições arraigadas na cultura política que excluía parcelas da sociedade dos espaços de poder.

Para evitar a atribuição, de saída, de um sentido exclusivamente negativo ao populismo, podemos afirmar que a reivindicação central dos movimentos populistas é livrar-se do “establishment” (as elites políticas, as instituições tradicionais etc.) ou dos obstáculos que se interpõem entre “nós, o povo” e o Estado. O populismo se enquadra em um descontentamento inerente à democracia representativa, a saber, o fato de que esse sistema de governo promove necessariamente uma distinção entre representantes e representados. A crítica ao elitismo (ou à aristocracia) esteve na origem da democracia moderna no final do século XVIII e retornou recorrentemente nas diversas metamorfoses do governo representativo, incluindo o surgimento da democracia partidária, que nasceu de um grito *antiestablishment* contra o parlamentarismo liberal e o “governo de notáveis” (Manin, 1997; Urbinati, 2019).

Parte da literatura sustenta que estaríamos vivenciando um “momento populista” (Mouffe, 2019). O populismo que ora emerge em contextos os mais diversos parece encontrar a sua origem tanto em uma crise mais antiga da social-democracia, quanto na decadência da aliança entre os movimentos progressistas e o neoliberalismo (Mounk, 2019; Fraser, 2019; Mouffe, 2019). O desacordo emerge, porém, quando consideramos as consequências do populismo e as possibilidades de fortalecermos a democracia em oposição àqueles que, como Trump, Orban e Bolsonaro, se

esforçam por destruí-la. Se, por um lado, autores como Laclau (2013) e Mouffe (2019) afirmam haver uma identidade inescapável entre democracia e populismo, por outro, autores como Urbinati (2019) sugerem que o populismo, embora se alimente dos impulsos plebeístas, enfraquece o instituto da representação, fundamental para a democracia contemporânea.

Os desafios impostos por líderes populistas na sociedade estadunidense e brasileira, desde 2016, fizeram emergir uma série de debates na esfera pública e na literatura especializada sobre os riscos de uma regressão democrática. O presente artigo se insere nessa discussão e busca compreender os desafios impostos pelo populismo à democracia e em que medida este fenômeno político pode contribuir para o restabelecimento das bases de um regime democrático ou, ao contrário, promover a sua ruptura. Além do debate teórico, para entender o populismo enquanto um fenômeno político contemporâneo, vamos investigar também discursos proferidos por Donald Trump e Jair Bolsonaro, no período em que ocuparam a presidência da república.

O artigo está dividido da seguinte maneira. Na primeira seção, discutimos as diversas formas do governo representativo e as tendências recentes de personalização da representação. Em seguida, apresentamos o debate sobre o populismo e sua relação com a democracia. Buscamos evidenciar, nesse caso, tanto a disputa conceitual sobre o significado do termo, quanto as perspectivas distintas acerca dos impactos desse fenômeno nos regimes políticos. Na terceira seção, o foco recai sobre os discursos proferidos por Donald Trump e Jair Bolsonaro em suas campanhas políticas e no período que ocuparam a presidência da república. A partir da fundamentação teórica apresentada na primeira seção, vamos lançar luz sobre o sentido da representação, o significado do termo “povo” e a relação que as lideranças procuram estabelecer com a sociedade. A ideia é discutir em que medida os elementos articulados nesses discursos permitem inscrever estes atores no campo de “populismo” e como a sua atuação política por meio dos discursos pode contribuir fortalecer o regime democrático ou, ao contrário, promover o seu enfraquecimento. A pesquisa tem como fonte jornais, revistas, sítios oficiais e redes sociais destes atores políticos. Por fim, à guisa de conclusão, retomamos os achados mais relevantes da pesquisa e procuramos enfatizar as suas contribuições para a agenda de debates sobre os desafios enfrentados pela democracia no atual contexto.

2. DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E CRISE

O diagnóstico segundo o qual estaríamos vivenciando um período de crise da forma de governo não é exclusividade do tempo presente. Como nos mostra Manin (1997), as diversas transformações pelas quais passou o governo representativo foram, em seu tempo, interpretadas como situações

críticas, em que o próprio sistema de representação estaria sob o risco de extinção. No final do século XIX, com a expansão dos direitos de cidadania e seus impactos na relação entre a sociedade e o sistema político, parte da literatura identificou uma crise da representação. A emergência dos partidos de massa foi interpretada como uma deturpação do sentido original da representação. Em vez de o parlamento funcionar como um espaço de deliberação em que os representantes formavam as suas convicções a partir de uma interação argumentativa entre iguais, os representantes tornaram-se “bestas de votar”, para lembrar a denominação weberiana. Isto é, os parlamentares votavam a partir da orientação prévia das organizações partidárias, das quais a sua eleição, em última instância, dependia (Manin, 1997).

Todavia, a democracia de partidos, como a denomina o autor, preservou os princípios do governo representativo⁵, modificando apenas a forma como eles se materializavam em práticas e instituições. Em verdade, considerando o contexto em que foi erigido, este modelo de governo aprofundou as características democráticas da representação política. A ampliação da franquia eleitoral e a emergência de partidos que refletiam as clivagens sociais, conferiu aos cidadãos oportunidades mais efetivas de tomar parte nas decisões coletivas. Além disso, passou a haver uma significativa estabilidade eleitoral, pois os eleitores tendiam a votar nos mesmos partidos ao longo do tempo. Os debates, que, no modelo anterior, aconteciam no Parlamento, com pouco escrutínio público, passaram a ocorrer nas instâncias partidárias, espaço que contava com a participação de organizações da sociedade civil e os membros da base dos partidos (Manin, 1997).

Nas últimas décadas do século XX, sob o impacto de transformações econômicas, sociais e políticas, os partidos políticos foram paulatinamente perdendo a centralidade de que desfrutavam na intermediação da relação entre sociedade civil e Estado. As clivagens sociais, que se refletiam no sistema partidário, tornaram-se mais complexas. O tecido social se pluralizou, dando origem, de um lado, a uma ampla classe média, e, de outro, a uma diversidade de grupos cuja identidade era definida menos socialmente do que por critérios adscritivos, como raça, gênero e sexualidade, além da emergência de uma política pós-ideológica (Idem).

Naquele contexto, o declínio dos partidos tradicionais, o crescimento da volatilidade eleitoral e a emergência de lideranças pessoais e plebiscitárias, que interagiam “diretamente” com os eleitores através dos meios de comunicação de massa foram identificados como sintomas de uma nova crise

⁵ Segundo Manin (1995), o governo representativo estaria fundado em quatro princípios, a saber: (1) os representantes são eleitos pelos governados; (2) os representantes preservam uma independência parcial em relação às preferências dos representados; (3) a opinião pública pode se manifestar independentemente da autorização do governo; (4) as decisões coletivas são tomadas após debate.

da representação. Os eleitores deixaram de se identificar com os partidos e voltaram a sua atenção para a personalidade dos candidatos. Os meios de comunicação de massa, notadamente a televisão, permitiram uma interação quase imediata entre os líderes políticos e os eleitores. Os termos da disputa eleitoral passaram a ser definidos por iniciativa das campanhas eleitorais, cujas técnicas de marketing ganharam enorme importância. No lugar de um representante do partido político, emerge nesse contexto o líder carismático, formatado pelas técnicas de comunicação e com habilidades especiais de se apresentar aos eleitores. Para Manin, no entanto, essas transformações, embora tenham causado impacto na relação de representação, não fizeram desaparecer os fundamentos do governo representativo (Idem).

Urbinati, embora reconheça a fundamental contribuição de Manin para a compreensão da representação política, aposta na identificação da democracia como uma forma de política representativa. Nesse sentido, a autora se opõe à percepção histórica registrada por Manin, que afasta o governo representativo da democracia, identificando traços aristocráticos na representação. A democracia representativa seria um ideal superior a outras formas de organização do regime democrático, a saber, a “democracia eleitoral” e a “democracia direta” (Urbinati, 2006).

Um dos pontos centrais da discussão no campo da democracia representativa remete à cisão encampada pela tradição liberal entre Estado e Sociedade. Nessa tradição, o processo democrático tem a função de “programar” o Estado de acordo com os interesses da sociedade. O Estado é entendido como o aparato da administração pública; a sociedade seria o sistema, organizado de acordo com a economia de mercado, no qual se dão as interações entre os indivíduos e onde ocorre o trabalho social. A política democrática agrega os interesses privados e os impõe perante um aparato estatal especializado no emprego administrativo do poder político a fim de assegurar fins coletivos (Habermas, 1995). Urbinati (2006), porém, sugere que a representação redefine constantemente a linha que separa Sociedade e Estado, realizando, ao mesmo tempo, a mediação entre os dois subespaços sociais.

Enquanto o Estado remete à ideia de soberania e, portanto, de unidade, a sociedade é a esfera do pluralismo de valores e da diversidade de interesses. A representação, na visão de Urbinati (2006), seria a atividade responsável por promover a interação entre as duas esferas, convertendo a fragmentação em unidade – e vice-versa –, em um fluxo contínuo de comunicação entre elas ao longo do espaço e do tempo. A democracia representativa, nesse processo, desestabiliza tanto as identidades sociais em sua multiplicidade, quanto a unidade pré-política, reconstituindo-as mediante a ação política (Araújo, 2009).

Ganha destaque, assim, a natureza intrinsecamente agonística da política democrática, que teria na representação um mecanismo por meio do qual o conflito pode tornar-se produtivo na medida em que traduz a diversidade das identidades e interesses em ideias que interagem na esfera pública e nos arranjos políticos. A política representativa evidencia que a fragmentação é socialmente construída e redesenha essa divisão através de arranjos políticos que elaboram narrativas parciais de reunificação da sociedade. Os partidos políticos aparecem, nesse contexto, como instituições fundamentais da democracia representativa:

Os partidos políticos articulam o “interesse universal” a partir de pontos de vista periféricos. Eles são associações *parciais-contudo-comunais* e pontos essenciais de referência que possibilitam aos cidadãos e representantes se reconhecerem uns aos outros (e aos demais) e formarem alianças e, além disso, situarem ideologicamente os compromissos que estão prontos a estabelecer (Urbinati, 2006, p. 218 – grifo no original).

Nesse sentido, a representação é importante não apenas por garantir a responsividade do governo aos interesses da sociedade, promovendo uma ponte entre esta e o Estado, mas porque, sendo ela um processo contínuo que se estende no tempo e no espaço, estimula a formação de grupos e de identidades coletivas que facilitam a tradução do particular ao universal. O processo político de representação, portanto, filtra e incorpora a parcialidade irreduzível das identidades sociais e culturais, promovendo a possibilidade de aliança e programas políticos abrangentes. A representação faz uma ponte entre o social e o político, na medida em que traduz a linguagem social, que é sempre parcial e autointeressada, em termos políticos, que são necessariamente universalizáveis e publicamente aceitáveis (Urbinati, 2006).

A autora se afasta ainda mais de Manin (1995) ao sugerir que a crise dos partidos políticos, que o autor associa à emergência de um novo modelo de democracia representativa (a democracia de público/de audiência), pode conduzir a uma hiperfragmentação eleitoral que abre a arena política para a entrada de “espécies ainda mais endêmicas de radicalismo ideológico” (Urbinati, 2006, p. 222). A disputa entre líderes carismáticos e personalistas, sem identificação com partidos ou grupos políticos, não deve ser considerada como um ideal de representação política, pois está em conflito mesmo com os princípios do governo representativo enumerados por Manin. O enfraquecimento dos partidos faz da assembleia uma pluralidade de interesses e vontades individuais, o que inviabiliza o próprio processo legislativo, que pressupõe a possibilidade de acordos (Urbinati, 2006).

Em artigo publicado em 2015, Urbinati identifica duas transformações cujos impactos sobre a

representação política eram então indeterminados e que talvez estejamos hoje conhecendo um pouco melhor. Naquele contexto, em grande medida devido ao advento das novas tecnologias da informação, começavam a ganhar cada vez mais espaço “líderes carismáticos e demagogos que exploram a revolta popular contra a impotência governamental e a jogam contra a democracia liberal e parlamentar” (Urbinati, 2016, p. 177). Ao mesmo tempo e em sentido contrário, abrem-se oportunidades inéditas para os cidadãos afirmarem a sua voz contra as elites políticas estabelecidas. Conteúdos antidemocráticos, difundidos por lideranças personalistas, aparecem em consonância com “cidadãos democraticamente expressando suas opiniões de maneira nunca antes tão direta” (Idem). Os dois movimentos fariam parte de uma mesma revolta contra os corpos intermediários, notadamente, os partidos políticos e o jornalismo profissional, que teria dado origem a uma “democracia representativa de transmissão direta”.

Nesse novo modelo de democracia representativa, ao contrário do que poderia parecer em uma primeira observação, as reivindicações *antiestablishment* não são demandas por uma democracia direta ao estilo de Atenas. Em vez disso, “[u]ma democracia representativa de transmissão ao vivo demanda transparência. Cidadãos querem ver o que líderes fazem, e eles querem interagir com eles por meio da internet e sem os partidos políticos, como o público faz com os atores no palco” (Urbinati, 2016, p. 180). As experiências avaliadas pela autora no artigo, a reforma constitucional islandesa e a ascensão do Movimento Cinco Estrelas, na Itália, evidenciam o declínio dos partidos políticos e dos políticos tradicionais vinculados a essas agremiações, em favor de lideranças individuais, supostamente controladas pelo eleitorado por meio de uma comunicação direta via internet.

O cenário analisado pela autora indicava certas tendências que iam de encontro ao seu ideal normativo de democracia representativa. As “histórias completamente novas” sinalizavam uma transformação ora em curso cujas consequências, porém, não poderiam ser determinadas. Aos olhos de hoje, uma década após a publicação do artigo, é possível identificar de forma mais clara algumas consequências daquele processo de declínio dos corpos intermediários e de ascensão de lideranças personalistas e *antiestablishment*. Não foi por mera coincidência que, nos últimos anos, uma série de publicações se dedicou ao tema do populismo, fenômeno longo, que remonta ao processo de democratização no fim do século XIX, mas que aparece com inédita amplitude e intensidade no contexto atual. Na próxima seção, examinamos a relação entre o populismo e a democracia representativa, procurando elucidar em que medida as práticas populistas desafiam o governo representativo.

2.1. Populismo reacionário

A variedade histórica de formas e manifestações do populismo está relacionada a processos de mudança política em contextos distintos (Cassimiro, 2021). Uma dessas formas, que tem ganhado espaço no cenário político atual, é o “populismo reacionário”. A forma reacionária do populismo, embora, como os demais subtipos do fenômeno populista, se desenvolva a partir das instituições democráticas, tem uma forte tendência à desdemocratização. Ou seja, o seu desenvolvimento conduz a um rápido processo de corrosão da democracia. Em seu discurso, a divisão entre “povo” e “elite” ganha uma conotação ainda mais radical, distinguindo a sociedade entre o “bem” e o “mal”. Essa dicotomia pretende preservar certas hierarquias e desigualdades supostamente naturais, nas quais estariam assentadas as dinâmicas sociais e culturais construídas historicamente na sociedade (Lynch & Cassimiro, 2022).

De acordo com Lynch e Cassimiro (2022), o populismo propõe uma forma de fazer política que se baseia em um triplo pilar: (1) o apelo ao “povo”, um conjunto de indivíduos homogêneos e autênticos, *versus* a “elite”, um conjunto de indivíduos corruptos e não autênticos; (2) a defesa de uma linguagem performática do “politicamente incorreto”, como uma tentativa de se afastar do comportamento rígido e burocrático das elites tradicionais; e (3) a percepção de uma ameaça iminente ao modo tradicional de vida daquela sociedade, que se relaciona ao medo das influências externas e à mudança dos valores historicamente construídos.

O dismantelamento da democracia pelo populismo reacionário se dá em duas frentes, quais sejam: (a) o ataque às instituições democráticas representativas; e (b) a violação e posterior retirada dos direitos fundamentais de grupos historicamente excluídos. Nesse aspecto, esse modelo de populismo, que avança em diversas partes do mundo desde ao menos o início dos anos 2010, se destaca, sobretudo, por descaracterizar as regras democráticas, por limitar os direitos civis e por deslegitimar a justiça social, substituindo-a pela moralidade tradicional. Essa forma de

legalismo autocrático explora os pontos cegos do sistema jurídico para aparelhar a Administração, atacar as instituições encarregadas de limitar o arbítrio do Executivo e responsabilizá-lo por seus atos. É por essa forma que paulatinamente o populista reacionário erode os fundamentos do constitucionalismo liberal, até transformar a Constituição num pedaço de papel que comporte tudo que desejar (Lynch & Cassimiro, 2022, p. 134).

O populismo radical de direita, portanto, se opõe ao avanço de políticas de combate às desigualdades em nome da cultura do povo genuíno, justificando a manutenção ou recuperação de uma ordem supostamente natural. Este movimento defende uma cruzada para a salvação da

civilização, “entendida como coletividade de famílias organizadas em nações culturalmente definidas, mais ou menos independentes do Estado e amalgamadas pelo cristianismo” (Lynch & Cassimiro, 2022, p. 22). Este fenômeno poderia ser denominado reacionário na medida em que pretende fazer refluir os processos de liberalização, secularização e democratização que teriam se desenvolvido na modernidade. Para intensificar a sua influência no discurso público, lança mão de estratégias de mobilização e radicalização de caráter fascista: “o método básico de apelo ao irracionalismo e aos sentimentos primitivos, através da difusão de mentiras ou falsas notícias baseadas em teorias da conspiração” (Idem, p. 26). Na próxima seção, vamos analisar a ascensão de governos populistas de caráter reacionário nos EUA e no Brasil, identificando nos discursos de Donald Trump e Jair Bolsonaro em suas campanhas eleitorais e no exercício da presidência da república traços da performance populista.

3. AS DISPUTAS E ATAQUES À DEMOCRACIA NO DISCURSO POLÍTICO DE LIDERANÇAS POPULISTAS

O recente reaparecimento do populismo, como vimos, decorre de uma série de eventos que fizeram aparecer na esfera pública uma demanda pela reformulação do modo de fazer política que se desenvolveu em muitos países do ocidente desde o fim da Segunda Guerra. O declínio das condições econômicas e das perspectivas de aprimoramento da qualidade de vida e a desconfiança em relação às instituições políticas e aos atores tradicionais abriram espaço para a reivindicação por novas lideranças, não alinhadas aos partidos e grupos políticos consolidados. A fadiga em relação aos processos e aos resultados da democracia representativa criou um contexto favorável à ascensão de líderes que, antes mesmo de assumirem o poder, adotaram elementos associados ao populismo em seus discursos (Appadurai, 2019).

Desde o início dos anos 2010, assistimos a uma proliferação de discursos populistas de caráter reacionário, muitos dos quais defendem a violação dos direitos humanos, sobretudo daquela parte da sociedade que não se inclui entre o “povo”. Não foi por acaso que parte da ciência política identificou nesse período uma espécie de crise da democracia. O “antagonismo” se estabeleceu como prática regular, que se insere na dinâmica política promovendo não apenas o ataque à democracia representativa, mas, também, uma descaracterização do político como espaço do dissenso, fundado em valores como a tolerância, a igualdade e a razão pública (Brown, 2019).

Ao analisarmos os discursos de Donald Trump e Jair Bolsonaro, podemos identificar esses elementos na construção de sua imagem desde o período de campanha até os anos em que estiveram

no governo. Os dois presidentes chamam atenção por posições excludentes e por defenderem a legitimidade de eliminar os “inimigos”, aqueles que não se adequam aos padrões dos cidadãos de bem, sejam imigrantes, no caso norte-americano, sejam os esquerdistas, no caso brasileiro. A defesa de políticas nacionalistas, anti-imigração, antielites e antiglobalização aparece com frequência nas falas públicas de Trump e Bolsonaro. Os discursos dessas lideranças são baseados em mecanismos de exclusão, nos quais xenofobia, racismo, sexismo e homofobia são naturalizados.

3.1. Make America Great Again

No ano de 2016, contrariando as expectativas de parte dos analistas, o candidato Donald Trump, até então conhecido apenas como um empresário de sucesso, apresentador de programas de TV e promotor do *Miss Universo*, venceu as eleições presidenciais a partir de uma narrativa comum ao populismo, que se alimenta de um sentimento antissistema e oferece ao público a figura de um líder capaz de unir a sociedade e realizar as demandas do “povo”. Utilizando o slogan *Make America Great Again*, Trump foi capaz de mobilizar parte da sociedade estadunidense em torno de uma abordagem nacionalista sustentada na frustração de uma classe trabalhadora que perdeu poder econômico e o lugar de privilégio no sistema social.

Naquele contexto, a desconfiança em relação ao *establishment* ganhava espaço e fundamentava uma demanda por transformações mais amplas no sistema político. O grito “que se vayan todos!”, que ecoava em praças públicas por todo o mundo, refletia o descrédito crescente da sociedade com as elites políticas e os partidos tradicionais. Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup (2014), dois anos antes da eleição vencida por Trump, evidenciava que a confiança dos cidadãos norte-americanos nos três poderes do governo federal apresentava o nível mais baixo das últimas duas décadas:

A confiança dos americanos em cada um dos três poderes do governo federal está em níveis baixos ou próximos dos níveis mais baixos nas tendências da Gallup, que datam do início da década de 1970. A confiança dos americanos no poder legislativo caiu seis pontos percentuais este ano, atingindo um novo mínimo de 28%. A confiança no poder executivo caiu oito pontos, para 43%, e a confiança no poder judicial, com 61%, também é a mais baixa já medida até o momento (Gallup, 2014, tradução livre).

O sentimento de indignação e desconfiança, em parte, é resultado do processo de globalização e das mudanças nas estruturas socioeconômicas dos EUA. Um ponto chave nesse contexto é a crise financeira de 2007-2008, com perdas significativas de patrimônio e o agravamento das desigualdades, o que acentuou o ressentimento e a frustração das classes

subalternas. Numa tentativa de conter os efeitos da crise, o governo Obama implementou, em 2008, com aprovação do Congresso, o *Troubled Asset Relief Program* (TARP). Como uma medida de resgate financeiro, o programa realizava a alocação de bilhões de dólares nas instituições financeiras mais afetadas pelo colapso da bolsa imobiliária. Nesse processo, os resgates financeiros focaram essencialmente nas grandes instituições financeiras, em detrimento das pequenas empresas e comunidades locais. Uma vez que se tornou clara a forma como as elites econômicas influenciavam desproporcionalmente as decisões políticas para favorecer seus próprios interesses, não é de se espantar o crescimento do sentimento de exclusão por uma parte da sociedade, que passa a depositar paulatinamente menos confiança na possibilidade de mudanças significativas por meio do governo representativo. Como nos diz Dahl (2022), embora a democracia possa sobreviver à desigualdade econômica, a sua persistência ao longo do tempo pode enfraquecer a legitimidade do regime político. Segundo Piketty (2014), desde o fim do “Trinta Anos Gloriosos”, a desigualdade vem crescendo de forma expressiva (ao ponto de, nos EUA, a despeito da elevada participação dos tributos na renda nacional [cerca de 30%], a desigualdade alcançar níveis próximos aos do final do século XIX [quando os impostos representavam algo próximo a 5% da renda nacional]). E a expectativa não parece positiva, pois os níveis de desigualdade alcançados são “potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e os princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas” (Piketty, 2014, p. 33).

No decorrer da sua campanha presidencial, em 2016, Donald Trump foi capaz de capitalizar o discurso popular, apontando a sua candidatura como um desafio ao *status quo* econômico e político, apresentando-se como representante do norte-americano comum, cujo modo de vida estaria ameaçado pelo declínio econômico e pelas ideologias “liberais” (o marxismo, a teoria racial crítica e a ideologia de gênero). A retórica de Trump tratava de questões econômicas como a geração de empregos, renegociação de acordos comerciais e, principalmente, a revitalização do setor industrial. Ao mesmo tempo, utilizava-se da comunicação direta com os eleitores através das mídias sociais como uma forma de construir e reforçar a sua imagem de *outsider*, ao passo em que criticava os meios de comunicação tradicionais, as elites econômicas e a intelectualidade.

No governo, Trump não se afastou da leitura comumente associada ao populismo: fortalecimento do sentimento *antiestablishment*, construção de uma representação direta e realização de políticas supostamente do interesse do “povo comum”. Voltado a uma espécie de nacional-populismo, o governo de Trump foi responsável por uma série de revogações e/ou flexibilizações em leis ou regulamentações que tinham como objetivo explícito o de reduzir a

burocracia em setores considerados essenciais (financeiro, educacional etc.) e o de ampliar o intervencionismo governamental sobre as liberdades civis. Uma das características dos governos de extrema direita que emergiram recentemente é a conjunção entre duas perspectivas que poderiam nos parecer, em princípio, distintas. Governos como o de Trump e Bolsonaro congregam, em sua atuação política, o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Segundo Brown (2019), o neoliberalismo teria preparado o terreno para a mobilização e a legitimação de forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI:

...a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade (Brown, 2019, p. 17).

Os discursos da extrema direita caracterizam as políticas públicas que desafiam a reprodução das hierarquias de gênero, raça e sexo ou as que pretendem reduzir o abismo da desigualdade social como violações da liberdade. Na área da educação, alvo preferencial dessa conjuração, uma das medidas do governo Trump foi a revogação das chamadas *Gainful Employment rules*. Criadas no governo Obama, as regras de Emprego Remunerado pretendiam garantir que os estudantes não contraíssem grandes dívidas para custear programas de formação que não assegurassem, posteriormente, a sua capacidade de pagar pelos empréstimos tomados. A justificativa oferecida pela administração Trump para revogar a lei, por meio da Secretária de Educação, Betsy DeVos, foi a de reduzir a interferência governamental, conferindo maior autonomia aos “consumidores” para escolher as instituições em que iriam realizar a sua preparação para o mercado de trabalho⁶.

Além de ser um projeto de ampliação da esfera mercantil, essas estratégias têm como pano de fundo um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais, negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático. Nesse contexto, o nacionalismo e o patriotismo são invocados como forma de valorização de um passado idílico, no qual a ordem e as hierarquias naturais eram respeitadas por todos. O sentimento patriótico se converte em uma valorização de como a sociedade, supostamente, teria sido antes das transformações causadas por ideias exógenas ou agentes externos (Brown, 2019). No contexto norte-americano, o tema da imigração foi mobilizado como uma das causas principais para o declínio da renda e da qualidade de vida da classe média. Na campanha eleitoral, em 2016, Trump

⁶ Entidades da sociedade civil, como a American Federation of Teachers (AFT) e a National Student Legal Defense Network (Student Defense), além de políticos do partido democrata, porém, alertavam que o impacto seria, antes, o favorecimento de instituições com fins lucrativos de caráter predatório (NASFAA, 2018). Ver também: <https://www.aft.org/press-release/4-year-anniversary-trumps-regulatory-reform-task-force-announcement-calls>

fez farta referência ao tema, que apareceu durante todo o seu mandato, em discursos e medidas concretas, como a construção de um muro na fronteira com o México. Segundo o jornal El País Brasil,

O candidato republicano à Casa Branca, Donald Trump, retomou o discurso de máxima rigidez contra a imigração. Não só reiterou a sua proposta de construção de um muro entre o México e os Estados Unidos, como também afirmou que, se eleito, as deportações dos “imigrantes criminosos” terão início logo no “primeiro dia” de seu mandato. “No primeiro dia, começarei a deportar imediatamente os imigrantes ilegais e criminosos deste país, incluindo as centenas de milhares de imigrantes ilegais criminosos que foram soltos nas diferentes comunidades dos Estados Unidos” (EL PAÍS Brasil, 2016a).

Dessa maneira, a violação de direitos fundamentais que se expressa em seus discursos vai ao encontro dos valores de uma parcela da população estadunidense, que, por diversas razões, entende que a presença de imigrantes ameaça seu emprego, faz crescer a violência e contamina a cultura norte-americana com valores que lhe seriam estranhos. Trump traça aqui uma linha que separa o “povo”, que merece consideração política, e os “outros”, os imigrantes, que não são dignos de igual consideração e podem ter os seus direitos violados.

A suposta ameaça terrorista, que ao menos desde o 11 de setembro de 2001 tornou-se parte da linguagem política nos EUA, também aparece na construção de imagens sobre a realidade do país realizada por Trump. Ainda na convenção do Partido Republicano em que foi oficialmente anunciado como candidato à presidência, em julho de 2016, Trump afirmou que o legado de sua adversária, Hillary Clinton, na Secretaria de Estado do governo Obama, tinha sido de “morte, destruição, terrorismo e fraqueza”. Essa visão justificaria, assim, o emprego do aparato coercitivo do Estado contra os seus inimigos. Na mesma ocasião, afirmou o então candidato: “Quando eu tomar posse, no ano que vem, irei restaurar a lei e a ordem neste país” (El País Brasil, 2016b).

O discurso nacionalista de Trump carrega consigo um forte monismo de valores, uma ideia segundo a qual haveria certos princípios morais que permitiriam identificar o verdadeiro estadunidense. Portanto, além da exclusão daqueles não nascidos no país, também são passíveis de alienação dos direitos aqueles que não se identificam com essa concepção abrangente que o populismo atribui ao “povo” norte-americano. Outro alvo frequente dos discursos e ações de Trump, foram os grupos historicamente vulnerabilizados e que, desde o movimento pelos direitos civis, nos anos 1960-1970, obtiveram conquistas em termos de igualdade e oportunidades. Segundo Brown (2019), o desmantelamento dos direitos LGBTQIA+, da mulher e dos negros é uma estratégia comum da extrema direita, em defesa de uma ordem sexual e social que consolida

hierarquias de poder e privilégios definidas ou instituídas pela moralidade tradicional. Esta moralidade organiza a relação entre os gêneros, padroniza o comportamento sexual e determina a distribuição de direitos. Os discursos de líderes populistas reacionários sugerem que um dos caminhos para lidar com as diversas crises, política, social, ética, moral, seria o fim dos “privilégios” de grupos historicamente subalternizados, apenas recentemente alcançados pelos direitos civis⁷.

Cumprindo uma promessa de campanha, Trump criou, em setembro de 2020, a *Comissão 1776*⁸. O objetivo da comissão era realizar uma avaliação sobre o ensino fundamental e básico em relação à história dos EUA. O então presidente pretendia reunir um grupo de especialistas para refutar ensinamentos sobre racismo sistêmico e teoria crítica da raça, procurando modificar a compreensão sobre os impactos da escravidão no país. No discurso de lançamento da campanha, Trump afirmou que a “cruzada contra a história americana é propaganda tóxica, veneno ideológico, que, se não for removido, dissolverá os laços cívicos que nos unem, destruirá nosso país. Nossa juventude será ensinada a amar a América com todo seu coração e toda sua alma” (NBC News, 2021).

Além da tentativa de desconstruir os fundamentos que justificariam as políticas afirmativas para promover oportunidades mais igualitárias para a população negra, o governo Trump também se voltou contra os direitos da população LGBTQIA+. De acordo com o Fenway Health Institute⁹, a primeira administração Trump promulgou mais leis contra a população LGBTQIA+ do que qualquer governo anterior. Embora pouco tenha se pronunciado naquela campanha sobre o tema¹⁰, em apenas quatro anos de governo o republicano foi capaz de reverter quatro décadas de avanços em políticas para assegurar direitos e oportunidades iguais. Trump

⁷ Vale a pena lembrar que, em seu discurso de posse para o segundo mandato, Trump anunciou que “a política oficial do governo dos Estados Unidos [será a de] que existem apenas dois gêneros, masculino e feminino” (BBC News Brasil, 2025).

⁸ A data faz referência à independência dos EUA. Trump anunciou, em seu segundo mandato, a intenção de restabelecer a comissão. O relatório final, publicado em janeiro de 2021, pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2021/01/The-Presidents-Advisory-1776-Commission-Final-Report.pdf>

⁹ O Instituto Fenway, que emerge a partir da experiência do Fenway Health (organização fundada por estudantes da Northeastern University, em 1971, para promover o direito à saúde da população LGBTQIA+), é “um centro interdisciplinar de pesquisa, educação, treinamento e desenvolvimento de políticas com uma história pioneira de colaborações comunitárias e acadêmicas” ([The Fenway Institute](https://fenwayhealth.org/wp-content/uploads/TFIP-37_Policy-Brief-Cover-Trump-Biden-LGTQIA-equality-HIV-health-and-racial-justice-Full-Brief.pdf) - tradução livre). Ver também: https://fenwayhealth.org/wp-content/uploads/TFIP-37_Policy-Brief-Cover-Trump-Biden-LGTQIA-equality-HIV-health-and-racial-justice-Full-Brief.pdf

¹⁰ Em 14 de junho de 2016, o então candidato publicou em sua conta no Twitter: “Obrigado à comunidade LGBT! Eu lutarei por vocês enquanto Hillary traz mais pessoas que ameaçarão suas liberdades e crenças.” (tradução livre). A postagem fazia referência ao ataque a uma boate gay, na Flórida, atribuído por Trump a organizações terroristas islâmicas (<https://x.com/realDonaldTrump/status/742771576039460864>).

nomeou sistematicamente para as cortes do país juízes com evidente orientação contra os direitos LGBTQIA+, seu governo se posicionou contra o *Equality Act*¹¹, se opôs a regras contra a discriminação no emprego contra pessoas LGBTQIA+, fomentando um ambiente hostil de trabalho para funcionários federais declaradamente gays. Além disso, removeu proteções explícitas para essa população em programas de saúde, recusou vistos a parceiros de diplomatas, eliminou informações sobre direitos, menções e representação LGBTQIA+ em sites governamentais, entre outras tantas ações com impacto direto sobre o pertencimento dessa população à cidadania¹².

Mike Pence, então vice-presidente, era um conhecido opositor de quaisquer regras que viessem a garantir acesso da população LGBTQIA+ ao atendimento à saúde, à educação, a empregos de qualidade etc. Em reunião ministerial no seu primeiro ano de governo, Trump mencionou de forma jocosa a agenda “antigay” de seu então vice-presidente: “Não pergunte a esse cara, ele quer enforcá-los todos!” (NBC News, 2017).

É interessante observar que, a despeito das inúmeras sinalizações a favor de grupos e políticas contrários aos direitos conquistados pela população LGBTQIA+, não encontramos, nas declarações públicas de Trump, afirmações evidentes sobre o tema. Quando elas aparecem, como no caso anterior, são feitas em ambientes mais restritos ou por meio de assessores. Na discussão sobre o *Equality Act*, um membro do governo afirmou que “a administração Trump se opõe totalmente à discriminação de qualquer tipo e apoia o tratamento igualitário de todos. No entanto, este projeto de lei em sua forma atual está cheio de *píulas de veneno* que ameaçam minar os direitos dos pais e da consciência” (NBC News, 2019).

Apesar disso, relatório da Southern Poverty Law Center (SPLC) sustenta que, desde a campanha, em 2016, Trump e seu grupo político facilitaram a entrada de grupos extremistas, como organizações neonazistas, associações de supremacistas brancos e agrupamentos anti-islâmicos e anti-LGBTQIA+, na esfera pública. Discursos e ações que apareciam apenas marginalmente na esfera pública, passaram a ocupar o palco central da política, nos EUA, na Europa e em outras partes do mundo (SPLC, 2017). Na campanha para o seu segundo mandato, realizada em 2024, o candidato republicano deixou mais evidente a sua posição nesse debate, sobretudo no que se refere aos direitos das pessoas trans¹³.

¹¹ Legislação que pretendia garantir proteções explícitas e permanentes para pessoas LGBTQIA+ sob as leis de direitos civis.

¹² Para uma lista completa das ações do primeiro governo Trump em relação à população LGBTQIA+, ver <https://www.hrc.org/resources/trump-pence-administration-timeline> Acesso em 1º de março de 2025.

¹³ Levitsky e Ziblatt (2018) sugerem que lideranças autoritárias tendem a recrudescer seus discursos e ações quando reeleitos. O sucesso eleitoral daria legitimidade ao ataque contra o sistema político e contra os seus adversários.

Se os ataques aos grupos subalternizados é uma das características comuns ao populismo, outro flanco importante é a descredibilização das instituições que conformam o governo representativo moderno, os corpos intermediários (Urbinati, 2016). Além das instituições políticas do Estado, compõe o arcabouço do discurso populista o ataque à imprensa e ao jornalismo profissional. Na forma de representação direta (Urbinati, 2019), característica dessa forma de fazer política, é fundamental enfraquecer as instituições que exercem a mediação entre o líder e a sociedade civil. É imprescindível que haja uma comunicação direta e que a imagem deste líder possa ser construída exclusivamente em seus próprios termos.

Em 2020, o site e banco de dados *The U.S. Press Freedom Tracker* publicou uma pesquisa baseada na análise das postagens do então presidente dos Estados Unidos no antigo *Twitter*, em que ele mencionava a imprensa e/ou jornalistas individualmente. O estudo revelou que, das 19.400 publicações analisadas, aproximadamente 2.000 (pouco mais de 10%) continham insultos ou acusações contra a mídia. Em 6 de abril de 2020, no início da pandemia de COVID19, Trump ataca os meios de comunicação e convida seus apoiadores a acompanhar as suas coletivas de imprensa para não se deixar contaminar pelas notícias falsas veiculadas pela imprensa:

Eu só queria que o público pudesse entender completamente o quão corrupta e desonesta é grande parte da nossa mídia Lamestream. Minhas coletivas de imprensa são vitais. Elas estão alcançando milhões de pessoas que não estão sendo informadas sobre a verdade, e não o são há anos (caça às bruxas, notícias falsas)!¹⁴

As redes sociais modificaram definitivamente a forma e o conteúdo da deliberação pública. Elas se tornaram um instrumento essencial de comunicação política, sobretudo no caso dos líderes populistas, que pretendem estabelecer um contato imediato com aqueles que se identificam com eles. Há um debate perene, em diversas partes do mundo, sobre a prerrogativa e a desejabilidade de se regular o acesso e o conteúdo das mensagens que são divulgadas por essas plataformas. Os EUA têm uma tradição *sui generis* de permissibilidade em relação aos discursos políticos e de forte proteção à liberdade de expressão. Contudo, considerando o impacto significativo da divulgação deliberada de informações falsas sobre a democracia, houve uma demanda importante pela regulação das grandes plataformas e, especificamente, sobre o uso de contas pessoais por parte de representantes eleitos. Opondo-se à criação de regras para o uso de sua conta no antigo *Twitter*, um dos canais em que contava com mais seguidores, Trump mobilizou o argumento da “verdade” para desconstruir a imagem da imprensa tradicional: “Somente a mídia de notícias falsas e os inimigos

¹⁴ Disponível em: <https://x.com/realDonaldTrump/status/1247130183477460992> Tradução livre.

de Trump querem que eu pare de usar a mídia social ([que alcança] 110 milhões de pessoas). A única maneira de eu divulgar a verdade!”¹⁵.

Ao longo de seu mandato, Donald Trump manteve o esforço para demarcar a sua distância em relação ao sistema político tradicional e às “elites políticas de Washington”. Reproduzindo a imagem de representante genuíno do povo, que atua contra a imposição dos interesses do *establishment*, o então presidente pretendia manter o apoio que recebeu nas eleições de 2016 e assegurar a sua recondução ao cargo em 2020. Em *tweet* publicado em dezembro de 2019, vemos um exemplo desse discurso: “Dia após dia, estamos expondo a depravação, a desonestidade e a doença do corrupto establishment de Washington – e com sua ajuda, vamos completar a missão e DRENAR O PÂNTANO! #KAG2020”¹⁶.

Como sugere Urbinati (2019), o populismo não é um regime alternativo à democracia representativa. Seja como um movimento político, seja como um grupo no poder, o populismo depende dos mecanismos democráticos para a sua existência. Nesse aspecto, as lideranças populistas não podem renunciar às regras fundamentais da democracia, como a liberdade de associação e expressão e o processo eleitoral. Todavia, se não elimina os instrumentos clássicos da democracia, o populismo procura descaracterizar o seu funcionamento a fim de favorecer o seu interesse de se manter no poder. Nesse aspecto, as eleições deixam de ser um mecanismo pluralista e passam a ter a função de reafirmar o que se pretende como a única maioria legítima (Urbinati, 2019).

Ao contrário do que ocorreu com outros atores políticos do mesmo campo ideológico, como Viktor Orbán na Hungria, Trump não obteve êxito em sua tentativa de se manter no poder por meio do processo eleitoral. Por diversas razões, como a sua atuação desastrosa durante a pandemia, o assassinato de George Floyd e a reação do movimento Black Lives Matter, o republicano foi derrotado nas eleições de 2020 pelo candidato democrata, Joe Biden. Diante da derrota na campanha pela reeleição, que oferece aos incumbentes recursos importantes para vencer a disputa, e da possibilidade de deixar o cargo, Trump, como era de se prever, procurou desacreditar as instituições responsáveis por conduzir o processo eleitoral. Antes mesmo da divulgação do resultado das urnas em alguns estados, o candidato republicano fez a famosa publicação, que se

¹⁵ Disponível em: <https://x.com/realDonaldTrump/status/892383242535481344> Tradução livre. A postagem foi realizada em 1º de agosto de 2017.

¹⁶ Disponível em: <https://x.com/realDonaldTrump/status/1204580389320306691> Tradução livre. A hashtag “#KAG2020” refere-se ao slogan “Keep America Great 2020”.

tornou um famoso *meme*, exclamando, em caixa alta: “PAREM A CONTAGEM!”¹⁷. O líder republicano, porém, não parou por aí. Com o resultado consolidado apontando a vitória de Biden, mesmo em estados tradicionalmente republicanos, Trump insistiu na luta por deslegitimar o sistema eleitoral. Em dezembro de 2020, o candidato derrotado, em seu peculiar tom de desafio, postou a seguinte mensagem: “EU GANHEI A ELEIÇÃO DE FORMA ESMAGADORA, mas lembre-se, eu só penso em termos de votos legais, não em todos os eleitores falsos e fraudes que milagrosamente flutuaram de todos os lugares! Que vergonha!”¹⁸.

A campanha de Trump para reverter o resultado das eleições, reconhecido por maioria significativa da sociedade norte-americana, pelas instituições e pela comunidade internacional, não cessou no ano seguinte. No dia 6 de janeiro de 2021, deveria ocorrer a confirmação do resultado eleitoral em sessão do Congresso norte-americano. Por lei, cabe ao vice-presidente conduzir os trabalhos para a certificação do resultado, processo meramente formal, haja vista a legitimidade conferida pelo reconhecimento institucional e social prévio. Contudo, o candidato derrotado não se fez de rogado e seguiu em seu discurso para mobilizar parte da sociedade a pressionar os membros do Congresso. Em *tweet* do dia 6 de janeiro, Trump não poupou nem o seu vice:

Mike Pence não teve coragem de fazer o que deveria ter sido feito para proteger nosso país e nossa Constituição, dando aos estados uma chance de certificar um conjunto corrigido de fatos, não os fraudulentos ou imprecisos que eles foram solicitados a certificar anteriormente. Os EUA exigem a verdade!¹⁹

Não podemos desconsiderar o impacto de quatro anos de uma liderança populista, com forte tendência autoritária, no governo. Se não foi bem-sucedido na instrumentalização das instituições para assegurar a sua manutenção no poder, Trump causou inúmeros estragos na cultura política estadunidense e na legitimidade das instituições políticas. Não foi por mera coincidência que, naquele 6 de janeiro de 2021, uma turba de apoiadores do candidato derrotado invadiu o edifício do Capitólio para tentar impedir que o Congresso confirmasse a eleição de Biden. Inconformados com a derrota daquela liderança com a qual se identificavam de uma forma imediata e certos da falta de credibilidade das instituições e das elites políticas tradicionais, os apoiadores de Trump, ao som de discursos recheados de teorias da conspiração e incentivo à violência, ultrapassaram as barreiras de segurança e causaram enorme estrago no prédio em que senadores cumpriam o estabelecido na

¹⁷ Disponível em: <https://x.com/realdonaldtrump/status/1324353932022480896> Postagem realizada em 5 de novembro de 2020. Tradução livre.

¹⁸ Disponível em: <https://x.com/realDonaldTrump/status/1337745268591259648> Tradução livre.

¹⁹ A postagem foi posteriormente apagada pelo então presidente. Contudo, uma linha do tempo que reconstrói os eventos de 6 de janeiro, bem como um print daquele tweet, podem ser encontrados no perfil do USA Today no X: <https://x.com/usatgraphics/status/1347376642956603392>

Constituição. Por volta das 14h, o Capitólio foi invadido em massa pelos trumpistas, que só foram controlados pelas forças de segurança mais de três horas depois. Cinco pessoas morreram no ataque, entre as quais, uma policial e quatro manifestantes. Após 18 meses de investigações, o comitê da Câmara designado para apurar os atos, encaminhou quatro acusações criminais contra o ex-presidente Donald Trump e outros envolvidos pela morte de cinco pessoas e mais de 140 policiais feridos (CNN Brasil, 2024). Apesar das acusações e da elucidação dos responsáveis pelos eventos, quatro anos depois, Trump derrotou a candidata democrata, Kamala Harris, nas eleições realizadas em novembro de 2024.

3.2. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

Para entender a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República poderíamos fazer referência à transição lenta, gradual, segura e incompleta do regime militar para a democracia, que teve início em 1985. Contudo, essa reconstrução histórica extrapolaria os limites desse artigo. Por isso, vamos nos ater aos eventos mais recentes. Até 2018, Bolsonaro era lembrado como um caricato membro do baixo clero da Câmara dos Deputados, que já havia pertencido a diversos partidos e tinha como uma de suas marcas a defesa do legado da ditadura militar brasileira. Essa retórica foi responsável pelo sucesso eleitoral de Bolsonaro e de seus filhos, que lograram eleger-se para diversos cargos de representação. Em todos os seus mandatos como deputado federal, o ex-presidente não se destacou por sua atuação legislativa ou na fiscalização das ações do Poder Executivo. Antes, ele se tornou conhecido pela participação em programas de auditório e por declarações preconceituosas, antidemocráticas e violentas.

No ano das eleições, mesmo com a divulgação das primeiras pesquisas para a presidência, boa parte dos analistas considerava a candidatura de Bolsonaro fadada ao fracasso. A parca máquina partidária do minúsculo PSL, que carecia de capilaridade nos municípios, o pouco tempo exposição no Horário Eleitoral Gratuito e a falta de recursos públicos e privados para a sua campanha eram elementos que justificavam a pouca consideração de seu nome como um dos favoritos para a eleição daquele ano. Fazia sentido, afinal, entre 1994 e 2014, houve uma alternância entre dois partidos com significativa representatividade na sociedade brasileira, com vultosos recursos de campanha e tempo no Horário Eleitoral Gratuito. Apostava-se, então, que as eleições de 2018 repetiriam a polarização entre os candidatos do PSDB e do PT.

Todavia, outras variáveis tiveram impacto definitivo sobre a dinâmica da campanha e seus resultados. Em primeiro lugar, não podemos desprezar a repercussão das jornadas de junho de 2013

sobre a opinião pública e o sistema político. A imagem dos políticos e partidos tradicionais, e do próprio sistema político, já combatida, passou por um forte processo de desconstrução. As manifestações de junho de 2013 marcam o início dos contramovimentos neoconservadores, ainda que de forma fragmentada (Mendonça & Domingues, 2022). Em 2014, começava a aparecer no horizonte a famigerada Operação Lava-Jato. Reunindo agentes da Polícia Federal, procuradores do Ministério Público Federal e liderada pelo então juiz, Sérgio Moro, a força-tarefa causou um verdadeiro terremoto no sistema político e no seu *modus operandi* (Kerche, 2018). Diversos empresários, notadamente ligados às grandes empreiteiras nacionais, servidores públicos da Petrobrás e lideranças políticas foram denunciados e presos pela Operação. Entre eles, o mais importante líder político do país, o ex-presidente Lula, que acabou impedido de manter a sua candidatura à presidência em 2018. Por fim, mas não menos importante, em 2016, a então presidente, Dilma Rousseff (PT), sofreu impeachment em um processo institucionalmente controverso, para dizer o mínimo. O então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), que articulou o impedimento de Dilma, assumiu o poder e terminou o mandato com índices parcos de aprovação.

Esses fatores, cujo impacto é difícil de mensurar, mas que certamente não podem ser desconsiderados, tornaram a eleição de 2018 algo que, até então, parecia um ponto fora da curva. O processo eleitoral aconteceu em um momento de forte sentimento antipetista, um alto grau de desconfiança e rejeição dos partidos, lideranças e instituições políticas tradicionais²⁰. Foi nesse contexto que o polêmico deputado, com uma comunicação fortemente inserida na lógica das redes sociais, se juntou às demais lideranças da extrema-direita no mundo que chegaram ao poder naquele momento.

Assim como seus congêneres populistas autoritários em outros lugares do mundo, o governo Bolsonaro procurou aprovar leis e modificar regras fundamentadas em uma ideia de representação direta, se afastando dos mecanismos de negociação e debate próprios de uma democracia pluralista. Jair Bolsonaro construiu sua campanha eleitoral em torno da retórica *antiestablishment*, prometendo uma ruptura com o que ele denominava, em referência à cobertura da imprensa tradicional sobre a operação do governo em condições de normalidade, como “toma lá-dá-cá”. No discurso do então candidato, o sistema político brasileiro viveria então uma evidente crise de natureza ética, econômica e moral. Vejamos o que diz o plano de governo de Bolsonaro:

²⁰ O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, que contava com a mais ampla coligação eleitoral, obteve 4,76% dos votos. Henrique Meirelles, candidato do PMDB, partido do presidente em exercício, parcos 1,2%, terminando atrás do caricato Cabo Daciolo (PATRI).

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. (O Caminho da Prosperidade – Proposta de Plano de Governo, 2018, s/p)²¹.

Essa estratégia se aliava a um contumaz ataque às instituições tradicionais e à elite política, a fim de identificar um inimigo comum e uniforme que ameaçava certo modo de vida ético compartilhado por Bolsonaro e seus apoiadores. Nesse discurso, fica evidente a contraposição entre o “bem” e o “mal” (Lynch & Cassimiro, 2022). O líder político, assim, se transforma na tábua de salvação para esse modo de vida, ele torna-se um “mito”, ou, como Bolsonaro foi denominado pelos seus apoiadores em referência ao seu segundo nome, um “Messias”. Os amigos (o “povo”) e os inimigos (os “outros”) são claramente identificados desde o seu discurso de posse, quando afirma:

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar *do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto* (VEJA, 2019 – grifos nossos).

Nesse mesmo discurso, há diversas menções a “ideologias nefastas”, que estariam destruindo “nossos valores e tradições, (...) nossas famílias, alicerce da nossa sociedade” (Idem). Segundo o então presidente, o seu governo representaria uma mudança radical na forma de administrar o país, que, até aquele momento, teria sido “governado atendendo a *interesses partidários* que não o dos brasileiros” (Idem – grifo nosso). A saída para as diversas crises pelas quais passava o Brasil (a crise econômica, a “ideologização de nossas crianças”, o “desvirtuamento dos direitos humanos” e a “desconstrução da família”) seria uma profunda reforma no modo de governar, a fim de favorecer a meritocracia e “restabelecer padrões éticos e morais” (Idem). Além disso, o governo teria uma preocupação especial com “a segurança das *pessoas de bem* e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa” (Idem – grifo nosso).

Desde o início de seu governo, portanto, Bolsonaro se apresentava como representante legítimo das “pessoas de bem”, responsável por restabelecer uma ordem política, social, econômica e moral estruturada em hierarquias supostamente naturais. Ordem, esta, que teria sido desconstruída por ideologias de esquerda, que defendiam “privilégios” de grupos historicamente subalternizados.

²¹ O plano de governo, em grande medida, antecipava parte dos argumentos que irão compor o arcabouço discursivo de Bolsonaro na presidência. Segundo Rabachini (2023, p. 55), “[e]steticamente, o documento lembra uma apresentação escolar de formato Power Point, repleto de imagens, gráficos e fotografias – as últimas, importante notar, sem qualquer menção a direitos autorais”. Para uma análise mais aprofundada do plano de governo, sugerimos a leitura do item 3.2 da dissertação.

Esse posicionamento reforça as ligações com os seus seguidores ao diferenciá-los daqueles que partem de posições contrárias. Para restaurar essa “boa e velha ordem”, o líder populista teria de se apresentar como o arquétipo do “homem comum”, emulando uma linguagem popular e os hábitos nos quais as “pessoas comuns” poderiam se reconhecer (Lynch; Cassimiro, 2021).

Segundo Lynch e Cassimiro (2021), o governo Bolsonaro era composto por três núcleos distintos e complementares, quais sejam: (1) o *núcleo da propaganda populista reacionária*, formado por aquilo que ficou conhecido como o “gabinete do ódio”, comandado pelos filhos do então presidente, era responsável por construir a imagem pública de Bolsonaro (p. 236); (2) o *núcleo militar da articulação política e da gerência administrativa*, formado pelo “gabinete militar”, tinha como função conferir simbolicamente ao governo a imagem de “restauração da autoridade” e de “bom governo” (p. 239); e (3) o *núcleo neoliberal de gerência da economia*, comandado por Paulo Guedes e gerido por economistas de linhagem ultraliberal, assumiu a tarefa de atender às demandas da parcela mais radical do mercado financeiro e elaborar uma narrativa que pudesse garantir o apoio de alguns setores do empresariado (p. 241).

Assim como no caso do governo Trump, é possível identificar no Brasil uma conjuração entre neoliberalismo e neoconservadorismo, com um traço tipicamente nacional, que é o componente militar. Os discursos de Bolsonaro respondem à articulação desses três grupos, porém, há uma predominância do primeiro. Nesse sentido, o populismo reacionário bolsonarista se apoia em uma campanha eleitoral permanente, por meio da transmissão semanal de *lives*, com uma estética peculiar, na qual o presidente pode falar diretamente ao seu “povo”, defendendo as ações de seu governo e, principalmente, atacando violentamente seus adversários, sejam políticos, intelectuais, artistas ou jornalistas. Nas transmissões, Bolsonaro se apresenta como um político “corajoso, autoritário e disruptivo, capaz de ‘romper com o sistema’”, difundindo uma “cultura política autoritária por ele representada” (Lynch; Cassimiro, 2021, p. 236).

Nos primeiros meses de seu mandato, além das *lives*, o presidente atendia aos jornalistas da imprensa tradicional, na presença de um grupo particularmente radicalizado de seus apoiadores, naquilo que ficou conhecido como o “cercadinho do Alvorada”. Nesse espaço, Bolsonaro confrontava os profissionais da imprensa, por vezes de maneira grosseira, zombava das notícias veiculadas e confrontava os críticos que porventura apareciam no local. Em dezembro de 2019, após ser questionado sobre as investigações conduzidas pelo Ministério Público sobre o gabinete de Flávio Bolsonaro, reagiu de maneira intempestiva: “Você tem uma cara de homossexual terrível, nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual” (Della

Colleta, 2019). Após inúmeros episódios como esse, boa parte da imprensa profissional abandonou o “cercadinho”, que passou a ser ocupado quase exclusivamente por apoiadores entusiasmados do presidente.

Os ataques à imprensa, porém, não cessaram com o abandono do cercadinho. Seja nas lives, seja por meio de sua conta no antigo *Twitter*, Bolsonaro procurou desacreditar o jornalismo profissional, colocando-se, com a ajuda de diversos canais de difusão de narrativas bolsonaristas, como propagador de uma verdade ingrata aos seus detratores. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), entre janeiro de 2021 e maio de 2022, Bolsonaro e seus filhos fizeram 801 ataques diretos à imprensa por meio da rede social. A ofensiva era, via de regra, articulada com uma rede de blogueiros e influenciadores ligados ao “gabinete do ódio”, alguns dos quais foram presos ou estão atualmente foragidos (Megale, 2022). Veja o que diz Bolsonaro por meio de seu *Twitter* em 19 de abril de 2021:

- Jornal O Globo

- Mentindo e desinformando como sempre. Buscando nos dividir.

- ASSISTA:

. Link no YouTube:

(CARNEIRO, 2022).

O *tweet* incluía, ao final, um link para o canal do Pastor Silas Malafaia no Youtube²², em que o líder religioso apresentava a “verdade” sobre a suposta oposição de alguns evangélicos ao presidente da república. A oposição entre a verdade apresentada pelo líder e o grupo político-religioso e a mentira (*fake news*) difundida pelos meios de comunicação (pelos intelectuais e pesquisadores, artistas sustentados pela “lei Rouanet”, entre outros) é uma das estratégias fundamentais do populismo reacionário à brasileira, no que ele se aproxima também do que identificamos nos EUA.

Contudo, se a imprensa foi um alvo importante dos discursos de Bolsonaro, que procurava desconstruir a legitimidade da mediação exercida pelo jornalismo profissional, o principal inimigo do então presidente e de seu *entourage* foi certamente a esquerda e tudo o que poderia ser a ela vinculado, os partidos e líderes políticos que lhe fizeram oposição, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, os artistas, as universidades etc. Segundo Tanscheit (2023), o “antipetismo”

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vuiVaK4NOs8>

tornou-se o fundamento da estratégia populista para estabelecer o antagonismo entre o “povo” e a “elite”. Nas palavras da autora, “[o] povo puro” é definido como um povo nacionalista e cristão, como denotam o slogan de campanha (...), ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’ e o slogan do governo ‘Pátria amada, Brasil’” (Tanscheit, 2023, p. 9).

Aqueles que pertencem ao *establishment* e, por definição, não podem fazer parte do “povo”, seriam responsáveis por toda sorte de fraturas nos valores comuns aos cidadãos de bem. A ideia de corrupção se aplica, então, tanto à apropriação de recursos públicos para fins privados quanto à depravação das tradições cristãs, que estabelecem a ordem das posições sociais e conferem coerência aos comportamentos individuais. A trajetória política de Bolsonaro foi marcada por declarações eivadas de preconceito e ódio contra a população LGBTQIA+, proferidos em espaços institucionais, no plenário da Câmara dos Deputados, ou em programas de rádio e TV de qualidade duvidosa. Isso não mudou quando foi investido do cargo de presidente. No governo, o presidente afirmou, em entrevista à Rádio Viva FM, de Vitória (ES):

A esquerda quer o poder. E a melhor maneira dela chegar ao poder é destruindo os valores familiares. Tivemos lá atrás um projeto de lei chamado 122, que passou na Câmara numa sessão à noite. Não tinha ninguém presente. Nela, por exemplo, um padre ou pastor que, porventura, se negasse a realizar um casamento entre pessoas do mesmo sexo, pegava três anos de cadeia. Foi uma briga enorme lá no Senado, e acabou sendo arquivado depois. Mas foi uma grande medida para tentar destruir os valores familiares e atacar diretamente no coração dos cristãos do Brasil (Estado de Minas, 2022).

Na mesma entrevista, realizada no início do seu último ano de governo, o presidente elogiou a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por sua atuação contra as pautas LGBTQIA+: “No nosso governo, já tivemos uma ré no tocante a isso muito forte, em especial, pelo trabalho da nossa ministra Damares” (Idem). Para seguir evitando o avanço das pautas que a extrema-direita denomina “ideologia de gênero”, Bolsonaro contava com a atuação do ministro “terrivelmente evangélico” nomeado por ele para o Supremo Tribunal Federal, André Mendonça:

Como Deus escreve certo as coisas, às vezes por linhas tortas. As pautas que têm a ver com ideologia de gênero, sabe quem vai decidir por sorteio? André Mendonça. O nosso ministro terrivelmente evangélico. Então, isso é muito bom. Traz uma paz aqui para nós todos, cristãos e brasileiros, que defendemos a família acima de tudo aqui na terra (Idem).

Subjaz a esses discursos uma ideia segundo a qual a intervenção do Estado, liderado pelo petismo, teria sido responsável por subverter a ordem natural, estruturada na moralidade tradicional e nos valores cristãos. As lutas pelos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ seriam parte

de um movimento *contra* os valores compartilhados pelo “povo”. O mesmo poderia ser dito sobre as políticas de cotas para a população negra. Em entrevista à TV Cidade Verdade, do Piauí, ainda em 2018, o então candidato reiterou que as ações afirmativas estariam “totalmente equivocadas”, pois seriam um privilégio de certos grupos: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (Sena, 2018).

É interessante notar que, no afã de inscrever grupos distintos na categoria de o “outro” do “povo”, como sói ocorrer na linguagem populista, o discurso bolsonarista trata de forma intercambiável a esquerda, o PT, as feministas, os ativistas LGBTQIA+, entre outros. Todos aqueles que, segundo a interpretação de Bolsonaro e seu grupo político, se opõem aos valores da “família” e da “moralidade cristã”, seriam inimigos do povo. Dessa forma, os valores familiares tradicionais tornaram-se uma estratégia contra a agenda de igualdade de gênero, de raça e de sexualidade. Os discursos neoconservadores são preenchidos pelos valores religiosos e a defesa da família “natural”, formada por homem e mulher. Para aqueles que não se ajustam, estes discursos propõem uma punição rigorosa pelo aparato coercitivo do Estado (Lacerda, 2019).

Nesse contexto, a figura de Jair Bolsonaro torna-se a de um líder que representa as pessoas “certas”, numa oposição entre dois grupos da sociedade que se sustenta em discursos de autocompreensão ética, que atribuem à sociedade um conjunto de valores supostamente compartilhados pelos verdadeiros cidadãos – aqueles que colocam o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. A retórica de Bolsonaro se desenvolveu pela defesa da moral e dos costumes, abraçados com uma ideologia econômica de viés neoliberal e, acima de tudo, pela distinção entre o “cidadão de bem”, o “patriota”, aquele que merece o suporte governamental e tem direito inalienável à propriedade e à liberdade individual, e o “outro”, aquele que representa as forças contrárias ao interesse comum.

Bolsonaro se beneficiou, para a sua chegada ao poder, da construção, por décadas, de uma ideia da política como um espaço para a apropriação privada de bens públicos e dos partidos como organizações voltadas à realização dos interesses pessoais de seus membros. Essa narrativa foi intensificada nas jornadas de junho de 2013. Em 2014, para acrescentar mais um elemento a essa empreitada, a chapa derrotada nas eleições presidenciais, encabeçado por Aécio Neves (PSDB), levantou suspeitas sobre as urnas eletrônicas e solicitou uma auditoria externa e a recontagem dos votos. Nesse contexto, Bolsonaro não apenas se elegeu como um *outsider*, mas construiu ao longo de seu mandato um forte discurso de desconfiança no processo eleitoral e no órgão responsável por

sua realização, o Tribunal Superior Eleitoral. Alimentando o discurso nacionalista, durante os quatro anos de mandato, o então presidente aproveitou a celebração do 7 de setembro para organizar grandes atos de sua campanha permanente. Foi no 7 de setembro de 2021 que fez o discurso mais agressivo contra o Supremo Tribunal Federal, o ministro Alexandre de Moraes e as urnas eletrônicas. No ato realizado na Avenida Paulista, Bolsonaro ameaçou o STF e o ministro:

Quando alguém do poder Executivo começa a falhar eu converso com ele. Se ele não se enquadra, eu demito. No Legislativo, não é diferente. Quando um deputado ou senador começa a fazer algo que incomoda a todos nós, que está fora das 4 linhas [da Constituição], geralmente ele é submetido ao Conselho de Ética e pode perder o seu mandato. Já no nosso Supremo Tribunal Federal infelizmente isso não acontece. Temos um ministro do Supremo que ousa continuar fazendo aquilo que nós não admitimos. Logo um ministro que deveria zelar pela nossa liberdade, pela democracia, pela Constituição faz exatamente o contrário. Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair (...). Sai, Alexandre de Moraes! Deixa de ser canalha! Deixa de oprimir o povo brasileiro (...)! Dizer a vocês que qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá! (Poder360, 2021).

Em seguida, no mesmo ato, Bolsonaro dirigiu sua arma retórica contra o sistema eleitoral brasileiro:

Dizer mais a vocês, nós acreditamos e queremos a democracia, a alma da democracia é o voto. Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições. Dizer também que não é uma pessoa do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável porque não é. (...). Nós queremos uma eleição limpa, democrática, com voto auditável e contagem pública dos votos. Não podemos ter eleições que parem dúvidas sobre os eleitores. (...). Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (Idem)²³.

As manifestações que ocorreram no país após as jornadas de junho de 2013, notadamente aquelas que aconteceram durante o processo de impeachment da ex-presidente, Dilma Rousseff, passaram a contar com um grupo, a princípio reduzido, de manifestantes que pediam uma intervenção militar. Com Bolsonaro no poder, essa presença tornou-se frequente e cada vez mais ampla. Ao longo de seu mandato, o próprio presidente participou de ato, realizado em frente ao quartel do Exército em Brasília, em abril de 2020, dedicado exclusivamente a esse propósito, com pedidos de fechamento do Congresso e do STF, e um novo Ato Institucional nº 5 (CNN Brasil,

²³ Merece destaque, também, a reunião convocada pelo então presidente com embaixadores de diversos países com os quais o país mantém relações diplomáticas, transmitida pelo canal público de televisão e por meio das redes sociais do presidente, em que Bolsonaro propagou uma série de informações falsas sobre o sistema eleitoral brasileiro, novamente, colocando em dúvida a higidez das urnas eletrônicas (Poder360, 2022).

2020).

Não foi por mera coincidência, portanto, que em 2 de novembro de 2022, logo após o segundo turno das eleições presidenciais em que Bolsonaro foi derrotado, apoiadores do então presidente se reuniram em frente aos quartéis gerais em diversas cidades do país, clamando por uma intervenção das Forças Armadas para impedir a posse de Lula. Ao mesmo tempo, caminhoneiros interditaram rodovias e impediram o trânsito de pessoas e o escoamento de produtos como insumos, bens e medicamentos²⁴. Os manifestantes, diante de sinais pouco evidentes do presidente, mas encorajados por outros atores ligados ao grupo bolsonarista, como o candidato a vice-presidente em sua chapa, General Braga Netto, mantiveram os acampamentos ativos.

O movimento culminou nos episódios de 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de Lula e dois anos após o ataque ao Capitólio dos EUA. Nesse dia, milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro, vindos de vários estados, invadiram as sedes dos Três Poderes da República. Sob os gritos de “Lula ladrão, seu lugar é na prisão!” e o canto do hino nacional, cerca de 4.000 pessoas arrombaram as portas, invadiram salas e gabinetes, arremessaram objetos pelas janelas, usaram as mangueiras de incêndio para inundar o piso, rasgaram fotografias, perfuraram quadros valiosos, quebraram esculturas, abriram armários e furtaram equipamentos do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (Borges, 2023). No dia seguinte, mais de 2.000 pessoas foram presas no acampamento localizado na área do QG do Exército em Brasília, das quais três dezenas foram, desde então, condenadas a penas que variam de 3 a 17 anos de prisão (Cardoso, 2023)²⁵.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procura contribuir para a crescente agenda de debates sobre os dilemas das democracias contemporâneas. Argumentamos, na primeira seção, que a ideia de “crise” (da representação, da legitimidade, da democracia etc.) não é nova, nem exclusiva do tempo presente. As transformações pelas quais passaram a sociedade e o sistema político foram interpretadas, em outras ocasiões, como sintomas de uma crise evidente. Contudo, a literatura recente apresenta boas

²⁴ Uma nota curiosa é que torcidas organizadas que viajavam para acompanhar os jogos de seus times foram responsáveis pelo desbloqueio de diversas vias onde manifestantes pretendiam impedir o fluxo de automóveis (O Globo, 2022).

²⁵ Enquanto redigimos este artigo, a Primeira Turma do STF tornou Bolsonaro e seus apoiadores mais próximos, entre eles os generais Braga Netto e Augusto Heleno, o ex-ministro Anderson Torres e seu ajudante de ordens, coronel Mauro Barbosa Cid, réus pela tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

razões para suspeitarmos de um enfraquecimento dos fundamentos que sustentam a democracia constitucional em diversos lugares do mundo. A perda paulatina de credibilidade das instituições e dos atores políticos tradicionais, o declínio econômico e da qualidade de vida, a ascensão de grupos políticos autoritários, entre outros, demandam uma reflexão cuidadosa.

O populismo, como vimos, é um fenômeno longo e de difícil apreensão. Ao mesmo tempo em que existe em função da democracia, descaracteriza seus fundamentos e conduz suas instituições à exaustão. A oposição entre o “povo” e as “elites”, a relação imediata entre o líder e seus apoiadores e a desconfiança em relação à democracia representativa desafiam a sociedade e as instituições políticas a repensar a sua interação. Se, por um lado, os movimentos populistas questionam a influência desproporcional das elites econômicas sobre as decisões políticas, por outro, ao encurtar o espaço e o tempo entre a opinião e a vontade, põem em xeque o pluralismo e outros valores importantes para o sistema democrático. Embora não possa eliminar certas práticas democráticas, como as eleições, o populismo no poder subverte o seu sentido. Em sua versão reacionária, nos EUA de Donald Trump e no Brasil de Jair Bolsonaro, o limite entre democracia e autoritarismo foi perigosamente testado.

Ao analisar os discursos de Trump e Bolsonaro, desde a campanha eleitoral até o fim de seus mandatos, fica evidente a estratégia de oposição a um certo *establishment*, identificado com as instituições tradicionais, as elites e os partidos políticos, a imprensa e o jornalismo profissional. Uma vez no poder, os líderes populistas reacionários procuraram demarcar uma nítida diferença em relação a estes grupos, que seriam o “outro” do “povo” genuíno, responsáveis pelas crises política, econômica e moral ora em curso. Sejam os imigrantes, no caso norte-americano, ou a esquerda, no caso brasileiro, foram criados no imaginário popular os inimigos a serem combatidos. Por oposição, era possível compreender que as pessoas comuns, os cidadãos de bem, os que se ressentiam de uma “América grande” ou de um “Brasil acima de tudo”, eram representados por Trump e Bolsonaro, independentemente de partidos ou instituições. A relação direta se estabelece no diálogo olho no olho, nas coletivas de imprensa e no “cercadinho”, mas, sobretudo, por meio das redes sociais, onde as lideranças podem esclarecer as verdades que tanto incomodam o *establishment* e denunciar o *sistema* por não lhes permitir implementar a vontade geral.

Nesse cenário, por não terem sido capazes de dobrar as instituições para fazer valer leis mais duras anti-imigração ou de liberação draconiana da posse e do porte de armas, e, sobretudo, por não terem sido bem-sucedidos na disputa pela recondução ao cargo, não restava a Trump e Bolsonaro outra saída senão desacreditar o próprio sistema eleitoral. Durante os quatro anos de mandato,

nenhum dos dois escondeu o pouco apreço devotado à democracia e aos valores democráticos. Bolsonaro, notadamente, em toda a sua trajetória, transpareceu o apreço pela ditadura militar. Tanto o norte-americano quanto o brasileiro, frustrados em seu desejo de seguir na presidência, contribuíram de maneira mais ou menos explícita para que seus apoiadores tentassem impedir pela força a posse de seus sucessores. Coincidentemente ou não, em um intervalo de dois anos, assistimos à invasão do Capitólio, em Washington, e das sedes dos Três Poderes, em Brasília.

É difícil imaginar qual teriam sido as consequências, para a democracia, caso trumpistas e bolsonaristas tivessem obtido êxito no fechamento das instituições. As instituições norte-americanas puniram alguns envolvidos nos ataques ao Capitólio, mas livraram Trump. Quatro anos depois, ele derrotou a candidata do Partido Democrata e terá outros quatro anos para construir um arranjo político à sua imagem e semelhança. O Brasil, até o momento, parece seguir caminho distinto. Em junho de 2023, Bolsonaro tornou-se inelegível em ação julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação (a ação refere-se à reunião realizada com embaixadores estrangeiros para desacreditar as urnas eletrônicas). Além disso, a Polícia Federal encontrou, na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, uma minuta de decreto para instaurar “estado de defesa” e impedir a transição de poder. Recentemente, foi descoberto ainda um plano, intitulado “punhal verde e amarelo”, que teria sido orquestrado por Bolsonaro e aliados, para assassinar presidente e vice-presidente eleitos, além do ministro Alexandre de Moraes. No momento, aguardamos o desdobramento desses processos.

5. REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In: APPADURAI, Arjun et al. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

ARAÚJO, Cícero. Representação, Soberania e a Questão Democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 47-61.

AZEVEDO, Luis André et al. Jair Bolsonaro afirma que não vai a debates no segundo turno. *G1*, Rio de Janeiro, 18 out 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/18/jair-bolsonaro-afirma-que-nao-vai-a-debates-no-segundo-turno.ghtml>. Acesso em: 12 jan 2024.

BALLESTRIN, L. Sobre desdemocratização: debate teórico, dimensões analíticas e referenciais empíricos. In: *42º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu. 2018.

BAPTISTA, Érica Anita; HAUBER, Gabriela; ORLANDINI, Maiara. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. *Media & Jornalismo*, v. 22, n. 40, p. 105-119, 2022.

BBC News Brasil. *9 frases que marcaram o discurso de posse de Trump*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy0pxx3el1jo> Acesso em 2 de março de 2025.

BORGES, Laryssa. 8 de janeiro: a democracia foi testada e suportou, mas é preciso reagir. *Veja*, 13 de junho de 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/8-de-janeiro-a-democracia-foi-testada-e-suportou-mas-e-preciso-reagir/> Acesso em 26 de junho de 2025.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAMPELLO, Maria Raphaela. Populismo e análise de discurso: de Laclau a Marine Le Pen. In: *XI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo*, 2021, São Paulo.

CARDOSO, Deborah Hana. PF indiciará 1,2 mil presos no QG por terrorismo em Brasília. *Metrópoles*, 9 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/pf-indiciara-12-mil-presos-no-qg-por-terrorismo-em-brasilia> Acesso em 26 de março de 2025.

CARNEIRO, Giovanna. Família Bolsonaro provocou 801 ataques à imprensa no Twitter, constata pesquisa da Abraji. *Marco Zero*, 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/familia-bolsonaro-provocou-801-ataques-a-imprensa-no-twitter-constata-pesquisa-da-abraji/> Acesso em 20 de março de 2025.

CASARA, Rubens RR. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Editora José Olympio, 2017.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2021.

CNN BRASIL. Bolsonaro discursa em ato em frente a quartel com pedidos de intervenção militar. 19 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar/> Acesso em 24 de março de 2025.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

DELLA COLLETA, Ricardo. Bolsonaro ataca repórter após perguntas sobre Flávio e Queiroz: 'Você tem uma cara de homossexual terrível'. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-ataca-reporter-apos-pergunta-sobre-queiroz-voce-tem-uma-cara-de-homossexual-terrivel.shtml> Acesso em 13 de março de 2025.

- DE MORAIS, Coelho Abel. Le Pen “indigna” ataca Macron de “segunda escolha”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 03 mai 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/amp/le-pen-indigna-ataca-um-macron-de-segunda-escolha-7204020.html>. Acesso em: 26 jan 2024.
- DE MENDONÇA, Daniel. Populismo como vontade de democracia. *Colombia Internacional*, n. 82, p. 51-70, 2014.
- EICHENBERG, Fernando. Le Pen parte para o ataque contra Macron no segundo turno da França. *O GLOBO*, 25 abril 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/le-pen-parte-para-ataque-contr-macron-no-segundo-turno-da-franca-21251278>. Acesso em: 26 jan 2024.
- EL PAÍS BRASIL. Sete frases para entender o discurso de Donald Trump na convenção republicana. 22 de julho de 2016a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/22/internacional/1469157904_006835.html Acesso em 4 de março de 2025.
- EL PAÍS BRASIL. Eleições EUA 2016: Trump sobe o tom contra Clinton sobre racismo e a vincula a ex-membro do KKK. 28 de agosto de 2016b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/internacional/1472373863_530663.html Acesso em 18 de novembro de 2024.
- ESTADO DE MINAS. Bolsonaro insinua que LGBTQI+ vão para o inferno: 'Família é sagrada'. 17 de janeiro de 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/01/17/interna_politica,1338181/bolsonaro-insinua-que-lgbtqi-vao-para-o-inferno-familia-e-sagrada.shtml Acesso em 21 de março de 2025.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. Três Modelos Normativos de Democracia. *Lua Nova*, nº 36, 1995, pp. 39-53.
- IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- JONES M, Jeffrey. American's Trust in Executive, Legislative Branches Down. *Gallup*, 15 set 2014. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/175790/americans-trust-executive-legislative-branches-down.aspx>. Acesso em: 17 jun 2024.
- KELCHEN, Robert. Biden takes on bad colleges Trump protected. *Washington Monthly*, 02 out 2023. Disponível em: <https://washingtonmonthly.com/2023/10/02/biden-brings-back-gainful-employment-standards-for-vocational-education-programs/>. Acesso em: 11 jan 2024.
- KERCHE, Fábio. Ministério Público, Lava-Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. *Lua Nova*, São Paulo, 105: 255-286, 2018.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LACERDA, M. B. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). *AISTHESIS*, nº 70 (2021): 223-249.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. Editora Contracorrente, 2022.

MAGENTA, Matheus et al. Bolsonaro e Trump radicalizam: as semelhanças entre os líderes na pandemia de coronavírus. *BBC News Brasil*, Londres, 20 abril 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52361730>. Acesso em: 12 jan 2024.

MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MEGALE, Bela. Bolsonaro e filhos fizeram 801 ataques à imprensa no Twitter desde o ano passado. *O Globo*, 16 de agosto de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2022/07/bolsonaro-e-filhos-fizeram-801-ataques-imprensa-no-twitter-desde-o-ano-passado.ghtml> Acesso em 7 de março de 2025.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. DOMINGUES, Letícia Birchall. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº 37, 2022, p. 1-36.

MILANEZI, Felipe; DE MORAIS, Jennifer Azambuja. Populismo e autoritarismo: Uma análise do Twitter de Donald Trump. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 28, n. esp. 1, e023011, 2023, p. 1-22.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: Editora WMF Fontes, 2015.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASFAAA. Trump Administration Proposes to Strike Gainful Employment Regulations. Disponível em: https://www.nasfaa.org/news-item/15929/Trump_Administration_Proposes_to_Strike_Gainful_Employment_Regulations Acesso em 2 de março de 2025.

NBC News (2017). Trump Reportedly Jokes About Mike Pence Wanting to 'Hang' Gays. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/trump-reportedly-jokes-about-mike-pence-wanting-hang-gays-n811086> Acesso em 2 de março de 2025.

NBC News (2019). Trump opposes federal LGBTQ nondiscrimination bill, citing 'poison pills'. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/trump-opposes-federal-lgbtq-nondiscrimination-bill-citing-poison-pills-n1005551> Acesso em 1º de março de 2025.

NBC News (2020). How the Trump administration's '1776 Report' warps the history of racism and slavery. Disponível em:

<https://www.nbcnews.com/news/nbcblk/how-trump-administration-s-1776-report-warps-history-racism-slavery-n1254926>. Acesso em 2 de março de 2025.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE – PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018.

Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf> Acesso em 13 de março de 2025.

O GLOBO. Organizada desbloqueia rodovia para ônibus seguir para jogo do Atlético-MG; torcidas se movimentam pelo país. 1º de novembro de 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/esportes/noticia/2022/11/organizada-desbloqueia-rodovia-para-onibus-seguir-para-jogo-do-atletico-mg-torcidas-se-movimentam-pelo-brasil.ghtml> Acesso em 24 de março de 2025.

PEIXOTO, Sinara. Linha do tempo: a escalada da tensão entre STF e Bolsonaro em um mês. *CNN*, São Paulo, 05 ago 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/linha-do-tempo-a-escalada-da-tensao-entre-stf-e-bolsonaro-em-um-mes/>. Acesso em: 12 jan 2024.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PODER360. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de Setembro em São Paulo. 7 de Setembro de 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/> Acesso em 23 de março de 2025.

PODER360. Leia a íntegra do que disse Bolsonaro a embaixadores. 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-a-integra-do-que-disse-bolsonaro-a-embaixadores/> Acesso em 23 de março de 2025.

PZEWSKI, A. Ama a incerteza e será democrático. *Novos Estudos Cebrap*, nº 9, São Paulo: Cebrap, p. 36-46, 1984.

PRZEWSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RABACHINI, Gabriela C. *O mito voltou: uma análise discursiva do populismo em Jair Bolsonaro*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC, 2023.

SENA, Yala. Vamos acabar com coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 23 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/vamos-acabar-com-coitadismo-de-nordestino-de-gay-de-negro-e-de-mulher-diz-bolsonaro.shtml> Acesso em 21 de março de 2025.

SPLC. The Year in Hate and Extremism. Disponível em:

<https://www.splcenter.org/resources/reports/year-hate-and-extremism-4/> Acesso em 4 de março de 2025.

TANSCHKEIT, Talita. Jair Bolsonaro and the defining attributes of the populist radical right in Brazil. *Journal of Language and Politics*, 9 May 2023, p. 1-18.

THE FENWAY INSTITUTE. About the Fenway Institute. Disponível em:

<https://fenwayhealth.org/the-fenway-institute/about/> Acesso em 2 de março de 2025.

TILLY, Charles. *Democracia*. Porto Alegre: Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – v. 28, nº 82, 2006, pp. 5-16.

URBINATI, Nadia. A revolta contra os corpos intermediários. (trad. Sue Iamamoto e Gabriela Rosa). *Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política*, nº 12, 2016, pp.176-200.

URBINATI, Nadia. *Me the people: how populism transforms democracy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2019.

VEJA. Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. 1º de janeiro de 2019. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro> Acesso em 19 de março de 2025.

Licença e Direitos:

Repositórios e Ciência Aberta, direitos autorais de Renato Francisquini, Geovana Pereira da Silva, Arianne Ribeiro Félix, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

